



Câmara Municipal de Fortaleza
GABINETE VEREADOR MÁRCIO CRUZ

0787/2020

REQUERIMENTO _____


Requer a transcrição nos anais desta Casa da matéria intitulada “Problema insistente ao volante - Alcoolemia” no jornal Diário do Nordeste no dia 16 de fevereiro de 2020.

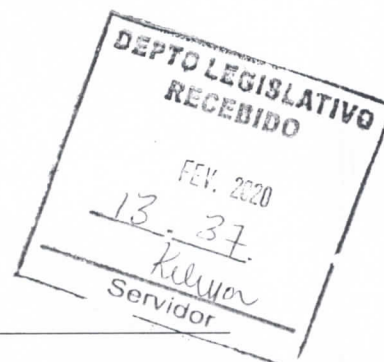
EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA:

O vereador signatário, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, vem mui respeitosamente à presença de V. Exa. requerer a transcrição nos anais desta Casa Legislativa da matéria intitulada “**Problema insistente ao volante - Alcoolemia**”. Autoria do Jornalista Nicolas Paulino.

A matéria foi publicada no Jornal O Diário do Nordeste no dia 16 de fevereiro de 2020, conforme recorte em anexo.

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA, EM 17 DE Fevereiro DE 2020.


Márcio Cruz
Vereador – PSD



Autuações com base na Lei Seca crescem 63% em rodovias do Ceará
Levantamento das Polícias Rodoviárias e Detran revela o aumento de registros durante fiscalizações entre 2018 e 2019. Lei que estabelece tolerância zero para quem conduzir veículo embriagado completa 12 anos em 2020

#Alcoolemia



Nicolas Paulino nicolas.paulino@svm.com.br



Número de motoristas autuados pela Lei Seca pulou de quase 4 mil para mais de 6 mil, em um ano. Especialista acredita que, embora a fiscalização tenha se tornado mais ostensiva, é preciso investir em cursos de reciclagem e outras formas de prevenção

Órgãos que atuam no Ceará aumentaram efetivo de fiscalização nos últimos anos



+

TIPOS DE TESTE

No teste passivo, segundo o Detran-CE, o etilômetro é apenas aproximado da boca do usuário, que deve soprar sem necessidade de contato com o aparelho. Se não houver resquícios de álcool, o dispositivo exibe a mensagem "aprovado", e o condutor pode ser liberado. Se a mensagem exibida for "alerta", o condutor é convidado a fazer o teste ativo, que fará a análise da quantidade de álcool presente no organismo.

USO FACILITADO

O novo etilômetro importado é ambidestro, mais leve e ergonômico, facilitando a utilização pelos agentes do Detran-CE. Eles já foram treinados e começaram a utilizar o aparelho em janeiro de 2020, segundo o órgão.

Problema insistente ao volante

O período festivo do Carnaval se aproxima e, com ele, cresce a preocupação da mistura entre folia, álcool e direção. Um dos principais instrumentos de inibição desse comportamento é a Lei Seca, que completa 12 anos de vigência em 2020. Nesse tempo, ela ficou conhecida por reduzir a zero a tolerância com motoristas que pegam no volante estando embriagados. Contudo, o número de autuações com base no dispositivo cresceu 63,4% nos últimos dois anos, em rodovias estaduais e federais que cortam o Ceará.

O aumento leva em consideração dados da Polícia Rodoviária Federal no Ceará (PRF-CE) e da Polícia Rodoviária Estadual (PRE) em conjunto com o Departamento Estadual de Trânsito (Detran-CE). Em 2018, foram registradas 3.794 autuações, contra 6.201



tra vários casos diários, por isso outras medidas de prevenção deveriam ser adotadas. O poder público foca muito na fiscalização e na punição, mas não tanto na educação”, considera Nóbrega.

O advogado lembra que o próprio Detran aumentou o efetivo de fiscalização. Segundo o órgão, as autuações com base na Lei Seca nas rodovias estaduais cearenses saltaram de 2.864, em 2018, para 4.786, em 2019. Para intensificar as vistorias, o Detran-CE também adquiriu 150 novos etilômetros fabricados na Austrália, que são capazes de realizar testes com velocidade de cinco a 10 segundos.

“Com a utilização do novo etilômetro, será possível ampliar a quantidade de pessoas abordadas em cada operação e reduzir o tempo de espera para o condutor, que nem precisa descer do veículo para fazer a triagem inicial”, avalia o órgão.

Considerando a atuação da PRF, o número de autuações cresceu 52% no mesmo período, passando de 930 para 1.415. O órgão informou que ocorreram 233 detenções - III em 2018 e 122 em 2019. A BR-116 foi a via com maior número de autuações, seguida pela BR-222 e pela BR-020. Já em 2020, até o dia 13 de fevereiro, foram realizados 18.344 testes, com 179 autuações e 12 detenções.

Penalidade

Conduzir veículo sob influência de álcool leva a uma multa de R\$ 2.934,70. Além disso, o condutor responde a um processo administrativo que poderá levar à perda do direito de dirigir por um ano. “Esse processo de suspensão corre separado do da multa, e o Detran tem até cinco anos para instaurá-lo porque é responsável pela habilitação”, explica o advogado Rodrigo Nóbrega.

Segundo o especialista, uma das principais polêmicas em relação ao tema gira em torno da recusa em se fazer o teste do bafômetro. De um lado, a Constituição Federal estabelece que nenhum indivíduo é obrigado a produzir provas contra si. Por outro, a legislação complementar do Código de Trânsito Brasileiro

(CTB) diz que o condutor que se recusar comete uma infração, sob o princípio de perigo à coletividade.

Atualmente, há jurisprudência nos dois lados, mas o conflito “deve ser pacificado” em breve pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) que contesta a Lei Seca, relatada pelo ministro Luiz Fux, vai definir se a recusa é mesmo infração ou se prevalece a presunção de inocência. A última movimentação no processo ocorreu em julho do ano passado.

Para o administrador Jefferson Mesquita, 40, na prática, prevalece o ditado “quem não deve não teme”. Ele conta que cai em blitzes da Lei Seca de uma a duas vezes por ano, mas não se preocupa com o resultado “porque é uma coisa básica”. “Já vemos tantos exemplos de gente que mata gente no trânsito, por embriaguez, que nem cogito beber e dirigir depois”, afirma, lembrando que recorre a familiares ou a aplicativos de transporte quando participa de ocasiões que envolvam o consumo de álcool.

Contudo, a alcoolemia pode ser constatada por um rol bem mais amplo do que o sopro no aparelho ou por exame de sangue. De acordo com o advogado Rodrigo Nóbrega, também valem provas visuais e testemunhais. “Alguns batalhões de Polícia Rodoviária Federal fazem fiscalização com câmera acoplada no capacete. Se ficar comprovado visualmente que o condutor está com a fala e a capacidade psicomotora alterada, e houver testemunho de odor etílico, tudo isso se torna meio de prova”, garante.

O advogado pondera que “não tem mais para onde correr em termos de legislação” porque o Brasil é o mais rigoroso do mundo na punição desse tipo de infração. Porém, ainda é preciso investir em cursos de reciclagem, infraestrutura e tecnologias de prevenção. “No caso do Ceará, se criou a cultura de que basta pagar a multa e está tudo resolvido. Precisamos dar mais eficiência a esses processos porque só a multa não tem um caráter pedagógico”, arremata.

no ano passado. No mesmo período, a média mensal passou de 316 para 516 autuações.

Aparentemente, a atitude dos motoristas pouco parece ter mudado mesmo com a Lei se tornando mais severa em 2018, quando aumentaram as penas para motoristas que cometerem homicídio ou causarem lesão grave ou gravíssima ao dirigir alcoolizado ou sob efeito de qualquer outra substância psicoativa. O condutor está sujeito à reclusão de cinco a oito anos, além de outras possíveis sanções.

Porém, na leitura do advogado especialista em trânsito Rodrigo Nóbrega, o aumento dos números é reflexo da fiscalização mais ostensiva dos órgãos responsáveis. Para ele, o saldo da Lei até o momento é positivo. “Com a tolerância zero, os condutores passaram a se policiar mais e a utilizar outras alternativas de transporte, como o compartilhado. Obviamente, a gente ainda encon-

8

ANOS DE PRISÃO

A Nova Lei Seca, que entrou em vigor no Brasil, em 2018, acrescenta maior punição ao motorista embriagado que causar acidente. Se houver morte, ele pode pegar até oito anos de prisão; ou até cinco anos, se houver ferido grave.

R\$ 2.934

É O VALOR DA MULTA

Além da punição no bolso, o motorista tem a CNH recolhida, responde a um processo administrativo e tem a suspensão do direito de dirigir por 12 meses. O veículo também é retido até que outro condutor habilitado se apresente.

FOTO: FABIANE PAULA

“

Os condutores passaram a se policiar mais e a utilizar outras alternativas de transporte. No geral, o saldo é positivo”

Rodrigo Nóbrega
Advogado

Já vemos tantos exemplos de gente que mata gente no trânsito, por embriaguez, que nem cogito beber e dirigir depois”

Jefferson Mesquita
Administrador